

# Governo aceita pagar <sup>Dívida Externa</sup> US\$

BRASÍLIA — O governo brasileiro concordou com o valor total dos juros atrasados apresentado pelos bancos credores da dívida externa e já está disposto a pagar pelo menos US\$ 1,2 bilhão até o final do ano, segundo assessores que participam do processo de negociação. A nova proposta brasileira será detalhada nos próximos dias e a missão negociadora, chefiada pelo embaixador Jório Dauster, deverá embarcar para Nova Iorque já no final da próxima semana para apresentá-la aos credores. Na última rodada de negociações, os bancos recusaram a proposta brasileira de pagar US\$ 900 milhões dos juros atrasados da dívida.

A missão brasileira só agora reconhece que o total de atrasados é de US\$ 8,5 bilhões, como dizem os bancos. A proposta anterior do Brasil — que previa o pagamento de 15% dos atrasados acumulados até agora — era baseada num total de US\$ 6 bilhões de juros depositados no Banco Central pelos devedores originais dos empréstimos, mas não remetidos ao exterior. Os bancos observaram, porém, que outros US\$ 2,5 bilhões já haviam vencido. Mesmo sem terem sido depositados no BC, tais recursos têm aval do governo, razão pela qual os credores se julgam no direito de recebê-los. No início das negociações, os bancos queriam que o Brasil pagasse 30% desse total, ou seja, US\$ 2,5 bilhões.

A nova proposta a ser apresentada aos credores foi discutida ontem, em São Paulo, numa reunião entre a ministra da Economia, Zélia Cardoso de Mello, o embaixador Jório Dauster, o presidente do Banco Central, Ibrahim Eris, e o secretário de Política Econômica, Antônio Kandir. Apesar de concordar com as contas apresentadas pelos credores, o governo não abre mão de vincular o paga-

mento dos atrasados a uma solução global de longo prazo para o total da dívida pública, de quase US\$ 60 bilhões. No início de outubro, o Brasil propôs prazos de pagamento de até 45 anos. Mas, até agora, os banqueiros têm insistido em discutir apenas a questão dos atrasados.

O Brasil aceitou também discutir uma solução à parte para os juros que devem vencer no primeiro trimestre do próximo ano, no valor de US\$ 1,28 bilhão. Mas, enquanto os bancos querem receber 50% daquele total, ou seja US\$ 640 milhões, o governo propôs pagar apenas 25% até março, isto é, US\$ 320 milhões. Um dos problemas que atormentam a equipe econômica é o de comprometer as reservas de divisas do país com tais pagamentos, diante da possibilidade de uma guerra no Oriente Médio. Se os preços do petróleo dispararem no mercado internacional, será vital para o Brasil dispor de um volume confortável de reservas para garantir as importações do produto.

Por esse raciocínio, não seria aconselhável fechar nenhum acordo com os credores antes de 15 de janeiro, quando expira o prazo dado pelo Conselho de Segurança da ONU ao Iraque para que retire suas tropas do Kuwait. Por outro lado, o governo brasileiro negocia com os credores com um olho na data de 31 de dezembro, quando os bancos americanos, os principais credores do país, terão que fechar seus balanços desse ano. Abalados por uma série de operações fracassadas no mercado imobiliário americano, os bancos dos Estados Unidos estão ávidos por receber uma quantia de juros atrasados que possa reduzir suas dificuldades. Levando-se isso em conta, o momento é favorável ao Brasil, mas essa vantagem não deverá durar muito tempo. “Em janeiro os bancos já terão

contabilizado seus prejuízos e terão mais um ano inteiro para continuar pressionando o Brasil”, observa um antigo negociador da dívida externa no governo Sarney.

Até agora, as discussões com os credores conseguiram chegar apenas a um consenso: somente uma parte dos atrasados será paga em dinheiro e o restante será convertido em bônus de médio prazo. Mas além de divergirem sobre a quantia a ser paga à vista, o governo e os credores não se entenderam também sobre o prazo desses bônus. Enquanto os banqueiros querem receber o resto dos atrasados em cinco anos, o Brasil propõe um prazo de 15 anos.

☐ O presidente Fernando Collor enviou ao Senado uma mensagem pedindo autorização para contratação junto ao Banco Mundial de um empréstimo de US\$ 150 milhões destinados ao Programa de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico (PADCT-II). A operação, segundo a exposição de motivos assinada pela ministra da Economia, Zélia Cardoso de Mello, está dentro dos limites de endividamento impostos pela resolução 96 do Senado. Os juros do empréstimo serão de 0,5% ao ano e a amortização deverá ser feita em 20 prestações semestrais de US\$ 7,5 milhões, com a primeira parcela vencendo no dia 1º de abril de 1996 e a última parcela no dia 1º de outubro de 2005.